

Publicação oficial do Consórcio Público ICISMEP
Circula de segunda-feira a sexta-feira

Ano 8 - Número 1.077
Terça-feira, 17 de março de 2026

CONSÓRCIO INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAOPEBA – ICISMEP. Extrato do 1º Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 222/2025 - Processo nº 124/2024 - Pregão Eletrônico nº 92/2024. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de solução de outsourcing de Tecnologia da Informação, incluindo acesso ao direito de uso de equipamentos, serviços de manutenção preventiva e corretiva, monitoramento, fornecimento de peças e suprimentos necessários, além de serviços de suporte. Finalidade: O objeto do presente termo aditivo é a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços por mais um período de 12 (doze) meses, bem como, o reajuste de valor. Empresa detentora dos preços registrados: Ampla Services Eireli, inscrita no CNPJ sob o nº 10.266.491/0001-70. Signatários: Eustáquio da Abadia Amaral, Diretor Institucional do Consórcio Público ICISMEP, o representante da detentora dos preços registrados. A íntegra do instrumento encontra-se disponível no setor de Licitações, localizado na Rua Orquídeas, Nº 489, Bairro Flor de Minas, CEP 32920-000, no Município de São Joaquim de Bicas/MG, no horário de 10h às 16h. Outras informações, telefones (31) 2571-3026, 9 8483-1905.

CONSÓRCIO INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAOPEBA – ICISMEP. Extrato do 1º Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 221/2025 - Processo nº 124/2024 - Pregão Eletrônico nº 92/2024. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de solução de outsourcing de Tecnologia da Informação, incluindo acesso ao direito de uso de equipamentos, serviços de manutenção preventiva e corretiva, monitoramento, fornecimento de peças e suprimentos necessários, além de serviços de suporte. Finalidade: O objeto do presente termo aditivo é a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços por mais um período de 12 (doze) meses, bem como, o reajuste de valor. Empresa detentora dos preços registrados: Top Center Tecnologia Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 04.270.051/0001-94. Signatários: Eustáquio da Abadia Amaral, Diretor Institucional do Consórcio Público ICISMEP, o representante da detentora dos preços registrados. A íntegra do instrumento encontra-se disponível no setor de Licitações, localizado na Rua Orquídeas, Nº 489, Bairro Flor de Minas, CEP 32920-000, no Município de São Joaquim de Bicas/MG, no horário de 10h às 16h. Outras informações, telefones (31) 2571-3026, 9 8483-1905.

CONSÓRCIO INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAOPEBA – ICISMEP. O ICISMEP e a empresa Líder Notebooks Comércio e Serviços LTDA, CNPJ nº 12.477.490/0002-81, celebram o Contrato nº 06/2026, oriundo da Ata de Registro de Preços nº 220/2025. Processo Licitatório nº 124/2024, na modalidade Pregão Eletrônico nº 92/2024. Objeto: Contratação de empresa especializada em fornecimento de solução de outsourcing de Tecnologia da Informação, incluindo acesso ao direito de uso de equipamentos, serviços de manutenção preventiva e corretiva, monitoramento, fornecimento de peças e suprimentos necessários, além de serviços de suporte. Vigência: 12 (doze) meses, a contar do dia 17/03/2026. O saldo total da presente contratação corresponde ao montante de R\$ 48.600,00 (quarenta e oito mil, e seiscentos reais). Dotação Orçamentária nº. 3.3.90.40.00.1.01.00.04.122.0002.2.0001 e 3.3.90.40.00.1.03.01.04.122.0002.2.0005. Signatários: Eustáquio da Abadia Amaral, diretor institucional do Consórcio ICISMEP, e representante da contratada. A íntegra do instrumento encontra-se disponível no site do consórcio ICISMEP e no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Mais informações, telefone (31) 2571-3026.

CONSÓRCIO INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAOPEBA – ICISMEP. Designação de gestor e fiscal de Contrato. Marcilene Rosa Souza Vaz de Resende, diretora de Administração e Gestão, faço saber nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/21, por meio da presente publicação, que o empregado público João Gabriel Miranda de Souza fica designado como Gestor e Fiscal do Contrato nº 06/2026, decorrente do Processo Licitatório nº 124/2024, cujo o objeto é a contratação de empresa especializada em fornecimento de solução de outsourcing de Tecnologia da Informação, incluindo acesso ao direito de uso de equipamentos, serviços de manutenção preventiva e corretiva, monitoramento, fornecimento de peças e suprimentos necessários, além de serviços de suporte. Vigência: 12 (doze) meses, a contar do dia 17/03/2026. A responsabilidade do exercício da gestão e fiscalização supramencionadas aplicar-se-á a partir do início da vigência do Contrato, sem prejuízo da execução de suas respectivas atividades rotineiras, e sem acréscimo de remuneração. O encargo permanecerá até o fim da vigência do instrumento, ou até ulterior decisão.

CONSÓRCIO INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAOPEBA – ICISMEP. Termo de adjudicação e homologação. Processo Licitatório nº 01/2026, Pregão Eletrônico (SRP) nº 01/2026, realizado no Portal de Compras Públicas, cujo objeto é a futura e eventual aquisição de fios cirúrgicos – volume I – de “A” a “K”. Consulta aos itens adjudicados e aos fornecedores vencedores disponíveis em <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>. O valor total dos itens arrematados é de R\$ 2.270.912,82 (dois milhões, duzentos e setenta mil, novecentos e doze reais e oitenta e dois centavos). O termo de adjudicação e o termo de homologação na íntegra encontram-se disponíveis em <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>. Eustáquio da Abadia Amaral, diretor institucional do Consórcio ICISMEP. São Joaquim de Bicas/MG, 17 de março de 2026.

CONSÓRCIO INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAOPEBA – ICISMEP. Extrato do 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 31/2023 - Processo nº 48/2023 - Dispensa de Licitação nº 05/2023. Objeto: Contratação de seguro de vida para os colaboradores do Consórcio ICISMEP. Finalidade: O objeto do presente termo aditivo é a prorrogação da vigência contratual por mais 12 (doze) meses. Empresa contratada: Brasilseg Companhia de Seguros, inscrita no CNPJ sob o nº 28.196.889/0001-43. Signatários: Eustáquio da Abadia Amaral, Diretor Institucional do Consórcio Público ICISMEP, e representante da Contratada. A íntegra do instrumento encontra-se disponível no setor de Licitações, localizado na Rua Orquídeas, Nº 489, Bairro Flor de Minas, CEP 32920-000, no Município de São Joaquim de Bicas/MG, no horário de 10h às 16h. Outras informações, telefones (31) 2571-3026, 9 8483-1905.

CONSÓRCIO INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAOPEBA – ICISMEP. Referência: Conversão da Ata de Registro de Preços nº 220/2025 em Contrato administrativo. Beneficiária do preço registrado: Líder Notebooks Comércio e Serviços Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 12.477.490/0002-81. Objeto da ata de registro de preços: Contratação de empresa especializada em fornecimento de solução de outsourcing de Tecnologia da Informação, incluindo acesso ao direito de uso de equipamentos, serviços de manutenção preventiva e corretiva, monitoramento, fornecimento de peças e suprimentos necessários, além de serviços de suporte, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência. Decisão. Considerando a justificativa inserida aos autos, referente a conversão da Ata de Registro de Preços nº 220/2025 em Contrato; Considerando o termo de aceite emitido pela empresa Líder Notebooks Comércio e Serviços Ltda., quanto à hipótese de conversão; Considerando a pesquisa mercadológica realizada, demonstrando a manutenção da vantajosidade da contratação; Considerando que foram mantidas as condições de habilitação e qualificação do fornecedor; Considerando a existência de saldo remanescente para a pretensa contratação; Considerando o parecer técnico emitido pelo setor responsável; Considerando o Certificado nº 61/2026, emitido pelo setor de Controladoria; Considerando a argumentação encampada no Parecer Jurídico nº 79/2026; Decido por proceder com os atos administrativos necessários ao aproveitamento do objeto licitado, nos termos que se propõe, para conversão da Ata de registro de preços nº 220/2025 em contrato administrativo. São Joaquim de Bicas/MG, 13 de março de 2026. Eustáquio da Abadia Amaral, diretor institucional do Consórcio ICISMEP.

CONSÓRCIO INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAOPEBA – ICISMEP. Extrato da Ata de Registro de Preços nº 270/2026. Processo nº 24/2026, Inexigibilidade de Licitação nº 03/2026. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa detentora de tecnologia, metodologia e solução integrada para a concepção, fornecimento e implantação do Parque Girassol, parque público inclusivo multissensorial, de acesso gratuito, voltado prioritariamente ao atendimento de crianças, inclusive com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras condições neurodivergentes. Empresa detentora dos preços registrados: Ativa Inclusão Ltda. Vigência do instrumento: 12 meses. Signatários: Eustáquio da Abadia Amaral, Diretor Institucional do Consórcio ICISMEP e o representante da detentora dos preços registrados. A íntegra do instrumento encontra-se disponível na sede do Consórcio. Mais informações, telefone (31) 2571-3026.

CONSÓRCIO INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAOPEBA – ICISMEP. Referência: Recurso Administrativo - Processo Administrativo nº 104/2025 - Apuração de conduta da empresa Porto Saúde Comércio de Produtos Farmacêuticos e Hospitalares Ltda. Recorrente: Porto Saúde Comércio de Produtos Farmacêuticos e Hospitalares Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 05.625.494/0001-13. DECISÃO Considerando a Decisão do Processo Administrativo nº 104/2025, publicada em 10 de dezembro de 2025, em face da empresa Porto Saúde Comércio de Produtos Farmacêuticos e Hospitalares Ltda., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob nº 05.625.494/0001-13, com sede na Av. Drª Hylderth Souza Soares, s/n, José Fontana I, Porto Seguro/BA, CEP: 45.810-000, representada por Kenedy Rodrigues Guimarães, inscrito no CPF sob o nº ****.***.***-90 e portador da Carteira de Identidade nº ****.***.31 expedida pela SSP/MG; Considerando que foram aplicadas as penalidades de multa e impedimento de licitar e contratar por 02 (dois) anos; Considerando a argumentação contida no recurso apresentado pela recorrente; Considerando que a recorrente requer a reconsideração das penalidades de Declaração de Inidoneidade e Impedimento de Licitar; Considerando que a empresa não recorreu quanto a penalidade de multa; Considerando que a requerente alega que as penalidades aplicadas não respeitam os princípios da proporcionalidade e da individualização da pena; Considerando que não foi aplicada a penalidade de Declaração de Inidoneidade; Considerando que o regime jurídico dos contratos administrativos confere à Administração, entre outras prerrogativas, a de fiscalizar-lhes a execução e aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste, conforme artigo 104 da Lei nº 14.133/2021; Considerando que se amplia tal entendimento as atas de registro de preços, por se tratar de um instrumento congênere, com obrigações a serem cumpridas pelas partes; Considerando que uma vez apuradas as irregularidades, a Administração possui o dever de punir e que se trata de discricionariedade do administrador definir à dosagem da penalidade adequada; Considerando o art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, que dispõe que quem dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, ensinar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato ou comportar-se de modo inidôneo, ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais; Considerando que a conduta da empresa prejudicou o atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) em diversos municípios participantes das atas de registros de preços cuja beneficiária era a recorrente; Considerando a gravidade das infrações apuradas no bojo do processo em exame; Considerando que a conduta em questão afronta os princípios da boa-fé, da eficiência, e o

interesse público; Considerando a manifestação emitida pela Comissão instituída pela Resolução ICISMEP nº 104/2025, na qual opina pela manutenção das penalidades aplicadas; Considerando a argumentação encampada no Parecer Jurídico nº 82/2026; Decido por conhecer o recurso interposto pela empresa Porto Saúde Comércio de Produtos Farmacêuticos e Hospitalares Ltda, posto que presentes os pressupostos e formalidades legais cabíveis, para, no mérito, negar provimento ao recurso. São Joaquim de Bicas/MG, 17 de março de 2026. Eustáquio da Abadia Amaral; Diretor institucional do Consórcio ICISMEP.

CONSÓRCIO INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAOPEBA – ICISMEP. Referência: Recurso Administrativo - Processo Administrativo nº 124/2025 - Apuração da conduta da empresa Ativa Médico Cirúrgica Ltda., em relação ao Processo Licitatório nº 50/2025. Recorrente: Ativa Médico Cirúrgica Ltda. – inscrita no CNPJ sob o nº 09.182.725/0001-12. DECISÃO Considerando a Decisão do Processo Administrativo nº 124/2025, publicada em 16 de janeiro de 2026, em face da empresa Ativa Médico Cirúrgica Ltda., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob nº 09.182.725/0001-12; Considerando que foi aplicada a penalidade de advertência; Considerando a argumentação contida no recurso apresentado pela recorrente; Considerando que a recorrente requer a reconsideração da penalidade de advertência; Considerando que, subsidiariamente, a empresa requer que seja reafirmado o caráter meramente formal e pedagógico da advertência; Considerando que a penalidade de advertência é considerada a sanção mais branda, destinada para as infrações mais leves, que não acarretam prejuízo de monta à Administração; Considerando que a decisão anterior ponderou sobre o bom histórico da recorrente; Considerando que a recorrente entende que a atuação pedagógica do processo já se concretizou pela própria instauração, afastando a necessidade de aplicação de sanção; Considerando que a conduta apresentada pela recorrente está prevista no edital, no item nº 26, como passível da aplicação de penalidades; Considerando que a decisão anterior foi pautada nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade; Considerando a manifestação do setor de Licitação, opinando pela manutenção da decisão; Considerando a argumentação encampada no Parecer Jurídico nº 51/2026; Decido por conhecer o recurso interposto pela empresa Ativa Médico Cirúrgica Ltda, posto que presentes os pressupostos e formalidades legais cabíveis, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a penalidade de advertência e reforçando o seu caráter pedagógico e esclarecedor que tal sanção não possui qualquer repercussão restritiva à participação da recorrente em futuros certames. São Joaquim de Bicas/MG, 17 de março de 2026. Eustáquio da Abadia Amaral; Diretor institucional do Consórcio ICISMEP.

CONSÓRCIO INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAOPEBA – ICISMEP. Referência: Recurso do Processo Administrativo nº 58/2025 - Apuração da conduta da contratada, em relação ao Contrato nº 34/2023, em decorrência de atraso na implementação de serviços. Recorrente: Instituto Nacional de Tecnologia e Saúde - INTS., – inscrita no CNPJ sob o nº 11.344.038/0001-06. DECISÃO Considerando a Decisão do Processo Administrativo nº 58/2025, publicada em 16 de janeiro de 2026, em face do Instituto Nacional de Tecnologia e Saúde - INTS., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob nº 11.344.038/0001-06.; Considerando que foi aplicada a penalidade de advertência; Considerando a argumentação contida no recurso apresentado pela recorrente; Considerando que a recorrente requer a reforma integral da decisão administrativa ou a reconsideração da penalidade de advertência; Considerando que a penalidade de advertência é considerada a sanção mais branda, destinada para as infrações mais leves, que não acarretam prejuízo de monta à Administração; Considerando que restou inequívoca a ocorrência de irregularidades no curso da execução contratual; Considerando que a conduta apresentada pela recorrente está prevista no Contrato nº 34/2023, nos itens nº 10.2 e 10.8, bem como no Quadro 1, como passível da aplicação de penalidades; Considerando que a decisão anterior foi pautada nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade; Considerando a manifestação da Diretoria de Gestão de Saúde, opinando pela manutenção da decisão; Considerando a argumentação encampada no Parecer Jurídico nº 58/2026; Decido por conhecer o recurso interposto pelo Instituto Nacional de Tecnologia e Saúde - INTS, posto que presentes os pressupostos e formalidades legais cabíveis, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a penalidade de advertência; São Joaquim de Bicas/MG, 17 de março de 2026. Eustáquio da Abadia Amaral; Diretor institucional do Consórcio ICISMEP.

CONSÓRCIO INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAOPEBA – ICISMEP. Extrato da Instrução Normativa nº 03/2026 - Dispõe sobre os procedimentos de verificação, pelo Controle Interno, das pesquisas de mercado, mediante critérios de amostragem. O texto do respectivo ato encontra-se disponível, em sua integralidade no Portal da Transparência, podendo também ser solicitado junto ao setor de Controle Interno, vinculado à Diretoria de Controle e Finanças. São Joaquim de Bicas/MG, 17 de março de 2026. Eustáquio da Abadia Amaral; Diretor institucional do Consórcio ICISMEP.

Presidente: Arnaldo de Oliveira Chaves

Responsável pela publicação: Ana Flávia Ananias Almeida - OAB/MG: 232.224

CONSÓRCIO PÚBLICO ICISMEP

Sede Administrativa: Rua Orquídeas, 489 - São Joaquim de Bicas/MG

Hospital ICISMEP 272 Joias: Rua Maurício Guimarães, 420, B. Madre Liliane, Igarapé/MG

“Este documento está assinado digitalmente nos termos da Lei 11.419/2006 e MP 2.200-2/2001. A assinatura digital constitui uma forma de encriptação eletrônica do documento. Os métodos criptográficos adotados pela ICISMEP impedem que a assinatura eletrônica seja falsificada, ou que os dados do documento sejam adulterados ou copiados, tornando-os invioláveis. Portanto, encontram-se garantidas, pela assinatura digital, a autenticidade e a inviolabilidade de todos os dados do presente ÓRGÃO OFICIAL”. Para mais informações www.icismep.mg.gov.br